



SINOPSE SINTIUS

Informativo diário do Sindicato dos Urbanitários

17/10/2023



Disponível em nosso site: <https://sintius.org.br>

Tarcísio envia projeto de lei da privatização da Sabesp nesta terça-feira

O governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) enviará nesta terça-feira (17) o projeto de lei para privatização da Sabesp à Assembleia Legislativa (Alesp). Antes, porém, também hoje, ele se reunirá com os deputados da base governista para mostrar as premissas do modelo de privatização da estatal de saneamento.

De acordo com ele, durante o encontro serão apresentados todos os pontos da modelagem e aspectos importantes, como, por exemplo, o governo pretende promover a redução da tarifa de água e esgoto no Estado e como essa medida será sustentada ao longo do tempo.

Ainda, segundo o governador, será mostrado aos deputados como o Estado pretende proteger a empresa diante da necessidade de novas licitações no fim de cada contrato e como a desestatização ajuda a proteger tanto o mercado da Sabesp quanto a lógica de investimentos cruzados que existe hoje.

“Vamos explicar ponto por ponto, tópico por tópico, dispositivo por dispositivo e a nossa ideia é amanhã mesmo apresentar o projeto de lei à Assembleia Legislativa”, disse o governador após ter participado do 8º Congresso da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), na Capital.

Tarcísio destacou ainda que já vem tendo conversas com os prefeitos com contratos com a Sabesp e que falta conversar com poucas prefeituras.

“Vamos fazer uma nova rodada de recuperação de conversas com as prefeituras restantes e já iniciamos a segunda etapa com as prefeituras, que é a construção dos anexos, que é aquilo que vai substituir os contratos”, afirmou.

“Será um grande contrato com vários anexos, um para cada prefeitura e estabelecer aqueles investimentos que serão necessários nos próximos anos para chegar aos R\$ 66 bilhões até 2029 e estabelecer a universalização da concessão dos serviços nos próximos anos”, completou.

Saiba mais em: A Tribuna, terça-feira 17 de outubro.

Barroso adia retomada de julgamento de revisão do FGTS após reunião com Haddad

O presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), Luís Roberto Barroso, adiou nesta segunda-feira (16) a retomada do julgamento da ação sobre revisão do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço) para novembro, após reunião com ministros do governo federal.

A intenção é que, até lá, o governo apresente novos cálculos para levar aos ministros do STF.

Estiveram no encontro com Barroso os ministros Fernando Haddad (Fazenda), Jorge Messias (Advocacia-Geral da União), Jader Filho (Cidades) e Luiz Marinho (Trabalho), além da presidente da Caixa, Rita Serrano.

Nota divulgada pelo Supremo diz que, no encontro, que durou uma hora e 30 minutos, eles "apontaram preocupações de natureza fiscal e social a respeito do julgamento da ADI 5090, sobre a correção do FGTS". Antes, o processo estava pautado para quarta-feira (18).

Na reunião, Barroso, segundo a nota, "reiterou sua posição de que considera os pontos importantes, mas que vê como injusto o financiamento habitacional ser feito por via da remuneração do FGTS do trabalhador abaixo dos índices da caderneta de poupança".

"As partes acordaram em ter mais uma rodada de conversas em busca de uma solução que compatibilize os interesses em jogo", diz o comunicado.

A questão que é julgada no Supremo é sensível para o governo federal. Os ministros devem decidir se a correção do Fundo de Garantia, hoje em 3% ao ano mais TR (Taxa Referencial), é constitucional ou não. A TR rende próxima de zero.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, terça-feira 17 de outubro.

Empregos de qualidade: o caminho para o Brasil vencer a pobreza

Nos primeiros 15 anos do século 21, o mercado de trabalho brasileiro gerou importantes ganhos para a economia e a população do país. O PIB real per capita aumentou 32% entre 2001 e 2011, enquanto as despesas de consumo final das famílias cresceram 36%. A renda real proveniente do trabalho aumentou 2,5% ao ano, em média, entre 2002 e 2014.

É importante notar que o aumento no emprego e na renda proveniente do trabalho justifica mais da metade da variação da pobreza moderada no período 2001-2009 e foi duas vezes mais significativa em termos relativos do que a renda não proveniente do trabalho (como aposentadorias ou programas de transferência de renda do governo, por exemplo).

Além disso, o aumento significativo da renda proveniente do trabalho na base da distribuição de renda foi o que mais contribuiu para a redução da desigualdade observada neste período, com uma contribuição de aproximadamente 45% (contra 20% das transferências feitas pelo governo e 18% das aposentadorias).

Hoje, esse quadro mudou. As transferências e outras rendas não provenientes do trabalho desempenham um papel muito maior. Estimativas do Banco Mundial indicam que pelo menos 80% da redução da pobreza no período 2019-2022 deveu-se a mudanças no sistema fiscal, principalmente pelo aumento das transferências para os pobres, e apenas 20% a mudanças no mercado de trabalho local.

Estima-se que a expansão do Bolsa Família, anteriormente chamado Auxílio Brasil, e que agora inclui 21,1 milhões de beneficiários, tenha sido responsável por 60% da redução total da pobreza projetada no período 2019-2022. Outras transferências, tais como aposentadorias rurais e o Benefício de Prestação Continuada (BPC), também contribuíram para a redução da pobreza, embora em uma escala muito menor.

Os programas de transferências do governo permitiram ao Brasil ser um dos países que conseguiram reduzir a pobreza abaixo dos níveis pré-pandemia. Contudo, com a dívida pública acima de 70% do PIB e um novo arcabouço fiscal, o Brasil requer políticas públicas que aumentem a capacidade de geração de renda dos menos favorecidos, sem aumentar continuamente o ônus sobre os cofres públicos.

É, portanto, fundamental permitir que o setor privado —que responde pela grande maioria dos empregos criados anualmente no país— crie maior número de empregos de qualidade.

O Brasil já provou que pode promover a criação de empregos e permitir que as famílias saiam da pobreza de forma sustentável. Agora, o país precisa retomar esse caminho. Esse é um tema essencial no momento em que celebramos, em 17 de outubro, o Dia Internacional para a Erradicação da Pobreza, cujo foco em 2023 é o emprego como a maneira mais garantida de reduzir a pobreza e compartilhar a prosperidade.

Para promover a criação de empregos, reformas estruturais para impulsionar o crescimento, tais como a reforma dos impostos sobre o consumo, que podem aumentar a produtividade das empresas, são bem-vindas e podem ampliar os ganhos sociais para os mais pobres nos próximos anos. Saiba mais em: Folha de São Paulo, terça-feira 17 de outubro.

Economistas reduzem previsão da inflação para 4,75% neste ano

Após três semanas de estagnação, a previsão de inflação diminuiu para 4,75% neste ano na avaliação de economistas ouvidos pelo BC (Banco Central).

A redução para o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) foi de 0,11 ponto percentual, já que estava em 4,86% na semana passada de acordo com o boletim Focus, divulgado na manhã desta segunda-feira (16).

Na semana passada, o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) divulgou que o IPCA de setembro subiu 0,26%, uma alta menor que o previsto pelo mercado, que esperava 0,33% de acordo com pessoas ouvidas pela agência Bloomberg.

Com o resultado, a inflação acumulada em 12 meses é de 5,19%. Após a divulgação, agências de classificação de risco e bancos reduziram as suas expectativas para o aumento de preços. Saiba mais em: Folha de São Paulo, terça-feira 17 de outubro.